



Normas de
Preservação
«Conjunto
Arquitetônico e
Urbanístico de
Ouro Preto»

Cidade: Ouro Preto – MG

Data: 12 de julho de 2010

Ata da Audiência Pública da revisão da Normatização e Procedimento de Fiscalização do IPHAN para o Conjunto Tombado de Ouro Preto.

Aos doze dias do mês de julho de dois mil e dez, na cidade de Ouro Preto, no Anexo do Museu, situado na Praça Tiradentes, teve início a Audiência com os moradores de Ouro Preto e demais comunidades arredores para a apresentação da revisão da Normatização do IPHAN para o Conjunto Tombado de Ouro Preto. A Audiência Pública teve início, às dezoito horas e quarenta e dois minutos. O Mestre de Cerimônia iniciou a Audiência apresentando um breve histórico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, falando também sobre a preservação do Patrimônio Nacional, dentre estes Ouro Preto, que em mil novecentos e trinta e três foi à primeira cidade reconhecida pelo Governo Federal como “Monumento Nacional”, no ano de mil novecentos e trinta e oito foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, e em mil novecentos e oitenta foi à primeira cidade brasileira reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade. Relatou que “nestes últimos trinta anos houve grandes mudanças na cidade por motivo do crescimento e pela deficiência de um plano municipal. Por este motivo, o IPHAN, através do Escritório Técnico de Ouro Preto, da Superintendência em Minas Gerais e do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização, em conjunto com a Prefeitura Municipal de Ouro Preto, por meio da Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano, vem elaborando desde o final de dois mil e sete uma nova normativa para sua atuação no Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto. Esta revisão integra-se num escopo maior de atuação do IPHAN, que vem desenvolvendo novos entendimentos sobre a gestão de núcleos urbanos tombados e discutindo a construção de diretrizes e normativas atualizadas, considerando a dinâmica das cidades brasileiras. E, mais que isso, o tombamento como um instrumento de planejamento urbano e regional em sua interface com os instrumentos estratégicos de planejamento e desenvolvimento urbano. Esta revisão foi feita com a compreensão que Ouro Preto é formada por pessoas que habitam este conjunto tombado, que a cidade é um organismo vivo e em processo dinâmico integrado à vida urbana atual, e ainda mantendo a convicção que o adensamento construtivo e populacional do núcleo urbano histórico é possível e muitas vezes desejável, desde que regulado. Além disso, o IPHAN busca outras ações para a requalificação extensiva da paisagem urbana sem descaracterização dos valores históricos do conjunto. Por acreditar que um processo democrático e participativo deva enriquecer o debate ocorrido até aqui, o IPHAN convidou toda a população para participar desta Audiência Pública, como forma de tornar as normas de preservação o resultado não apenas dos estudos como também de um amplo debate com a sociedade organizada e com a população em geral”. Após este relato, o Mestre de Cerimônia convidou para compor a mesa, o Senhor Dalmo Vieira Filho, Diretor de Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do IPHAN, Excelentíssimo Senhor Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, Prefeito de Ouro Preto, o Senhor George Alex da Guia, coordenador de Inventário e Conhecimento do Depam-IPHAN, Senhora Mônica Medeiros Mongelli, arquiteta e urbanista da Coordenação de Paisagem Cultural do IPHAN e Senhor Rafael Arrelaro, chefe do



Normas de
Preservação
«**Conjunto
Arquitetônico e
Urbanístico de
Ouro Preto**»

Escritório Técnico do IPHAN em Ouro Preto. Após a composição da mesa, o Mestre de Cerimônia fez a leitura do Regulamento da Audiência Pública. Em seguida registrou a presença das seguintes autoridades: Senhor Gabriel Gobbi, Secretário Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano; Senhor André Lana, Pró-Reitor de Administração da Universidade Federal de Ouro Preto, nesta ocasião representando o Magnífico Reitor Doutor João Luiz Martins e Senhor Flávio Andrade, vereador de Ouro Preto. Em seguida, o Mestre de Cerimônia passou a palavra para o Sr. Dalmo Vieira Filho que deu as boas vindas, agradeceu a presença de todos, cumprimentou o Prefeito de Ouro Preto, Senhor Ângelo Oswaldo e as autoridades presentes. Chamou a atenção para o conceito de tombamento, ressaltou a importância de preservar o patrimônio brasileiro e a cultura, Citou importantes cidades e conjuntos tombados pelo IPHAN. Explicou como trabalhar com Patrimônios tombados, da importância atual para atualizar os processos de tombamento. Colocou o aumento da população nas cidades, e como trabalhar com estas cidades oferecendo qualidade de vida à população, e a importância de cuidar dos Centros Históricos, de ouvir a população levando em consideração os objetivos de crescimento e hábitos de vida das cidades, de ser realista, objetivo e diferenciar as cidades de acordo com suas especificidades. Disse que esta foi a primeira Normativa com estes conceitos em cidades tombadas no Brasil. Relatou a importância deste tipo de Audiência. Citou os pontos que difere esta norma das outras. Falou sobre estabelecer Câmaras locais para trocar experiências, dentre outros pontos, e finalizou suas considerações iniciais. Em seguida o Mestre de Cerimônia passou a palavra para Excelentíssimo Senhor Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, Prefeito de Ouro Preto, que cumprimentou os membros da mesa, autoridades e presentes, disse que aquela Audiência era um momento singular para Ouro Preto, sobre a importância desta normativa e da participação da população. Mencionou a preocupação desde a década de oitenta, com o crescimento desordenado, como por exemplo, o bairro da Bauxita de Ouro Preto. Exemplificou que no passado o IPHAN foi o órgão federal responsável para resolver o problema, porém a ação isolada causou conflitos e indecisões à população, disse ainda a importância de ter bom senso para resolver as questões referentes ao patrimônio. Relatou que em mil novecentos e trinta e um o prefeito João Batista buscou o início da proteção ao patrimônio ouro-pretano. O prefeito Ângelo disse que é importante haver disciplina para proteger o patrimônio das cidades com restrições e vantagens com o apoio do poder público local e da população. Disse que Ouro Preto é um organismo vivo, que é importante compatibilizar área natural e urbana, como exemplo citou medidas de saneamento básico. Colocou a importância da audiência para a cidade e para o país. Ressaltou o desejo do engajamento da população para a cidade se adequar à necessidade do patrimônio. Falou em medidas tomadas pela prefeitura para controlar a expansão de Ouro Preto e da compreensão da população, da importância da parceria com a Universidade Federal de Ouro Preto com o curso de Arquitetura e Urbanismo. Colocou que a prefeitura tenta acabar com o "divórcio" da relação população versus patrimônio. Falou do Plano Diretor e do avanço na legislação própria e na importância de perceber as diferenças e especificidades dentro da própria cidade, com distritos mais amplos que algumas sedes municipais brasileiras. Colocou que as secretarias municipais de Cultura, Turismo, Patrimônio e Desenvolvimento Urbano vêm obtendo êxito junto à população. Falou do trabalho do IPHAN em conjunto com a prefeitura. Encerrou sua fala agradecendo e parabenizando a iniciativa do IPHAN. Em seguida o Mestre de Cerimônia passou a palavra para o senhor Rafael Arrelaro que cumprimentou e agradeceu a presença de todos, ressaltou a importância da audiência como reaproximação do IPHAN e população para decidirem junto o que fazer em Ouro Preto sob o



Normas de
Preservação
«Conjunto
Arquitetônico e
Urbanístico de
Ouro Preto»

ponto de vista da preservação do patrimônio. Ressaltou a campanha do IPHAN para divulgação dos bens tombados. Colocou que no passado devido à rigidez das normas até então existentes do IPHAN houve um embate entre Prefeitura e IPHAN o que desgastou a imagem do mesmo. Colocou que hoje este relacionamento vem mudando. Disse que a cidade é mais que construções, dela também faz parte moradores, turistas, trabalhadores flutuante dentre outros. Finalizou a sua fala agradecendo o trabalho de todos os envolvidos na Audiência, a Prefeitura, a equipe do museu, os funcionários do escritório técnico do IPHAN e os que indiretamente também colaboraram. Posteriormente o Mestre de Cerimônia passou a palavra para os senhores George Alex da Guia e Rafael Arrelaro que fizeram a apresentação da Norma para o Conjunto Tombado de Ouro Preto. A apresentação teve duração de uma hora e dez minutos. Ao final da apresentação o Senhor Gabriel Simões Gobbi se manifestou, elogiando o trabalho da equipe técnica do IPHAN, e fez algumas colocações, dentre elas que a cidade cresceu desordenadamente em alguns bairros, como a Vila Aparecida, a Bauxita descaracterizando a cidade. Logo em seguida, o Mestre de Cerimônia avisou que haveria um intervalo de quinze minutos para o lanche e que também neste momento haveria uma equipe para receber as inscrições das manifestações por escrito. Após o intervalo o Mestre de Cerimônias convidou os componentes da mesa para retomarem seus lugares, e para o Senhor Gabriel Simões Gobbi, Secretário Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano ocupar o lugar à mesa no lugar do Excelentíssimo Senhor Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, Prefeito de Ouro Preto que teve que se ausentar antes do intervalo. Registrou também a presença do Senhor Francisco de Assis Gonzaga da Silva, Secretário de Cultura e Turismo de Ouro Preto. O Mestre de Cerimônia anunciou que houve apenas uma pergunta inscrita, e após a explanação da mesma, como previa o regulamento o Presidente da mesa autorizou que seria aberto o espaço para as manifestações orais. O Mestre de Cerimônia informou que a única manifestação por escrito foi do senhor Francisco de Paula Vasconcelos Bastos, de Ouro Preto, que perguntava se com esta iniciativa, o IPHAN pretendia ouvir realmente o que o ouro-pretano pensa deste processo, que tem mais de setenta anos e diversas fases. Mencionou ainda que irá se manifestar com documentos no período previsto do regulamento, e gostaria de fazer uso da palavra, que lhe foi autorizado pelo Presidente da mesa o Sr. Dalmo Vieira Filho, o Senhor Francisco fazendo uso da palavra disse que queria fazer sua colocação por uma questão familiar, dizendo que mora em uma casa tombada e tem interesse em preservá-la. Disse que houve uma fase até mil novecentos e sessenta em que o IPHAN manteve boas relações com os moradores de Ouro Preto, e que a partir de mil novecentos e sessenta e quatro mudou, e que as decisões do IPHAN eram mais autoritárias e fechadas, e que a partir de aproximadamente mil novecentos e noventa e dois as relações tomaram outro rumo melhorando o relacionamento com a cidade. Parabenizou o IPHAN pela iniciativa da Audiência, mas disse que é preciso ir mais além, elaborando mais projetos, tirar do papel e colocar em prática. O senhor Dalmo Vieira Filho, disse que o IPHAN vem buscando melhorias neste relacionamento com a comunidade. Falou da criação de uma Câmara proposta para todas as cidades tombadas. Disse que os problemas de uma cidade não se esgotam tecnicamente. Que o IPHAN busca facilitar a questão da habitação, e que vem buscando a “dose” possível para este equilíbrio. O Senhor Gabriel Simões Gobbi tomou a palavra dizendo que percebe as tentativas do IPHAN para manter este equilíbrio. Exemplificou um caso de um morador com problemas para reformar sua casa, e que o IPHAN já liberou a obra, porém o morador não tem como custeá-la. Disse que o IPHAN está procurando ouvir os moradores, e que vem tentando se comunicar melhor com a comunidade. As próximas manifestações foram orais, e a manifestação seguinte foi do vereador Flávio Andrade que



Normas de
Preservação
«**Conjunto
Arquitetônico e
Urbanístico de
Ouro Preto**»

elogiou o trabalho e a iniciativa do IPHAN, disse que sempre cobrou esta participação do IPHAN, que vem fazendo história em Ouro Preto. Colocou que pela primeira vez a população disse não a um projeto do IPHAN, o projeto do Morro da Queimada, disse que este fato foi histórico, mostrando que a prefeitura vem assumindo seu papel e o IPHAN vem melhorando seu diálogo com a comunidade. Disse que é preciso fazer alterações na nova Norma proposta, mas que o projeto é muito importante. Questionou como funcionaria a Câmara prevista pelo IPHAN. O Senhor Dalmo agradeceu a participação do Flávio Andrade, disse que a criação da Câmara é uma proposta para todas as cidades tombadas pelo Patrimônio para melhor comunicação com os moradores, e que em Ouro Preto os representantes devem ser nomeados pelo Presidente do IPHAN, e está previsto até dez membros, inclusive pessoas que por vezes apresentam oposição ao IPHAN. Esta câmara é uma instância política cidadã que parte do princípio de ouvir mais a população. A próxima manifestação da senhora Efigênia Carabina, que cumprimentou a todos, agradece o trabalho do senhor Dalmo e a visita que ele fez a sua casa, falou da doença de sua filha que veio a falecer por problemas de saúde e o que agravou foi a má condição no telhado de sua casa. Comentou a saída do Benedito do IPHAN de Ouro Preto, dizendo que ele perseguia as pessoas, e disse que ele não a ajudou na construção do telhado de sua casa como prometido. Disse gostar do IPHAN e que este não é punitivo. Agradeceu o trabalho e a boa relação do Rafael com a cidade. Disse ser apaixonada por Ouro Preto, pelo Mestre Athayde e parabenizou o Festival de Inverno deste ano pela homenagem ao mesmo. Falou que em Ouro Preto há muitas construções erradas, e que voltou a estudar no Ensino para Jovens e Adultos (EJA) e quer ser arquiteta para trabalhar junto ao IPHAN. Pediu boas relações do IPHAN com a comunidade, agradeceu e parabenizou pela audiência e ressalta a importância do Patrimônio de Ouro Preto. O senhor Dalmo agradeceu a recepção da Efigênia, e fez comentários que o IPHAN não deve negar mudanças necessárias nas edificações, como por exemplo, motivos de saúde, segurança. O senhor Eduardo da Associação dos Moradores de São Cristovão foi o próximo a se manifestar, sugeriu ao Rafael melhoria na divulgação para as novas audiências e noticiar em meios de comunicação, os resultados das mesmas. Colocou que em Ouro Preto o IPHAN só pensa na arquitetura, e que é preciso repensar o espaço geológico e atualizar seus parâmetros de análise. E disse que a carta geotécnica usada para análise dos solos para as construções é muito antiga e está ultrapassada. O senhor Gabriel Gobbi tomou a palavra dizendo que reconhece que o parâmetro é antigo, mas quando percebe as falhas busca-se outros meios, colocou ainda que a saída pode ser em criar uma nova “carta geotécnica”. O senhor Dalmo colocou que quanto a uma maior preocupação com a arquitetura isto se dá principalmente por parte da população, e que o IPHAN está de portas abertas para explicar melhor sobre o espaço geológico ouro-pretano. Disse que o IPHAN hoje em dia mudou muito, e que em vinte anos o IPHAN teve mais ou menos duzentos novos funcionários distribuídos por todo o Brasil. Disse que este é um novo momento para a geração recente, é a prova de um novo País e um novo IPHAN. O próximo a questionar foi o senhor Luiz Gonzaga, vice-presidente da Sociedade Operária São José, que também parabenizou o IPHAN pela Audiência, falou do caráter punitivo do IPHAN no passado, falou que a sede da sociedade precisa de ajuda para ser reformada, assim como várias outras casas tombadas de Ouro Preto. Cobrou uma ajuda da Universidade Federal de Ouro Preto para as obras da cidade, citou de exemplo o curso de arquitetura. Disse que o IPHAN deve reparar os danos causados à população pela falta de diálogo do passado. Pediu novamente apoio, inclusive financeiro para agilizar as obras, em parceria com o IPHAN, Prefeitura de Ouro Preto e Universidade Federal de Ouro Preto. O senhor Gabriel Gobbi



Normas de
Preservação
«**Conjunto
Arquitetônico e
Urbanístico de
Ouro Preto**»

tomou a palavra dizendo entender esta carência, mas explica que a prefeitura não pode, salvo em casos extremos, destinar recurso público para estas obras. Ressaltou a necessidade dos alvarás para construção em área tombada, e que esta é fiscalizada. E que a Prefeitura está buscando alternativas, para agilizar a liberação das obras, e que uma opção talvez possa ser a criação de “plantas padrões” que viriam a minimizar este problema, onde a pessoa compra a planta liberada e constrói conforme o pré-determinado. O Senhor Rafael reiterou a necessidade de projetos para as obras e disse buscar sempre explicar de forma didática que o projeto é um “contrato desenhado”, através do qual o proprietário só faz o que está no projeto autorizado e não pode ser impedido disto. Reconheceu a falta de alternativa à população carente, mas disse que já há idéias tentando ser colocadas em prática. O próximo a se manifestar foi o Senhor Kuruzu do Partido dos Trabalhadores, que sugeriu uma nova Audiência pela má divulgação desta, disse não ter ouvido nas rádios, ou em jornais, nem na internet, disse ter visto apenas alguns cartazes colocados em alguns locais, e na internet a única coisa que ele viu, foi uma reclamação pela falta de divulgação, e que ele ficou sabendo da reunião em cima da hora por uma pessoa que informou a ele. Disse que o IPHAN quando resolve se abrir faz de forma corrida para ninguém ver, disse ser esta a sensação dele. O vereador Flávio Andrade se manifestou dizendo que houve sim a divulgação. O senhor Kuruzu colocou que atual Prefeito tem tomado decisões mais coerentes quanto ao Patrimônio que os Prefeitos anteriores, embora esteja longe do ideal, e que faltam medidas mais efetivas e um plano diretor mais bem feito. Saudou o trabalho que vem sendo feito pela Prefeitura, mas sente que falta mais, dizendo que a comunidade está mais envolvida e vem percebendo a importância do Patrimônio. O senhor Gabriel Gobbi falou sobre o plano diretor, e que embora não seja urbanístico e de assistência social, é melhor que exista mesmo que falho. Ressaltou os avanços da relação entre a Prefeitura e o IPHAN, e falou sobre a importância da criação das secretarias municipais relacionadas ao Patrimônio. O Senhor Rafael disse que buscou divulgar da melhor maneira possível, que ele mesmo entrou em contato com a imprensa local, rádios, jornais, sites. E que há mais de quinze dias em conjunto com a empresa contratada para realização da Audiência, foram enviados e-mails para várias instituições, vereadores, secretarias, associações e federações de bairro e também foi divulgado no site do IPHAN. Disse ainda que este é o primeiro chamamento público do IPHAN no País, e que para esta Audiência houveram anteriormente três consultas prévias à população, nos dias oito, nove e dez de junho deste ano. Foram convidadas instituições de ensino, o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA), o Ministério Público, Associação Comercial, para montarem a apresentação da Audiência. O senhor Gabriel Gobbi tomou a palavra e falou que às vezes, por mais que haja divulgação esta nem sempre funciona, e que as pessoas às vezes são descrentes de que as decisões tomadas nestas reuniões sejam mesmo colocadas em prática ou não se identificam diretamente com o tema a ser discutido. Exemplificou que houve uma reunião na Prefeitura que foi bastante divulgada e com pouco público, mas que obteve resultados, na reunião seguinte, esta menos divulgada, com um público maior, e na terceira não teve nenhuma divulgação com o maior número de participantes e solucionados todos os problemas, que a grande divulgação foi “boca a boca”. Disse que a população ainda está amadurecendo para a participação nestes aspectos. O senhor George Alex da Guia se manifestou, defendendo o trabalho de habitação que a prefeitura vem realizando. O senhor Kuruzu discordou dizendo que a Prefeitura devolveu verba da habitação ao Governo Federal, que não gastou por falta de projetos, e reforçou que também faltou divulgação principalmente pela Prefeitura. A última manifestação foi do senhor Luiz Antônio, morador de Cachoeira do Campo, dizendo que não desejava fazer um pergunta, mas apenas uma colocação.



Normas de
Preservação
«**Conjunto
Arquitetônico e
Urbanístico de
Ouro Preto**»

Disse que o mapa para verificar se o terreno é ideal para construções é muito antigo, e que precisa ser atualizado. E que em Ouro Preto e região não existe empresa especializada em fundações (solo), geologia. Quando o proprietário quer contratar este serviço tem que vir de Belo Horizonte onerando muito o orçamento, ficando inviável para alguns proprietários, e critica esta falta que leva a vários problemas. Disse que quem quer fazer estudo do terreno precisa buscar empresa em Belo Horizonte e pagar caro por isso. Disse que viu divulgação da Audiência e parabenizou a iniciativa do IPHAN. O senhor Dalmo Vieira retomou a palavra fez as considerações finais, agradeceu a participação de todos, se dispôs a marcar nova reunião e propôs uma para dezembro deste ano, que será avaliada a possibilidade. O Senhor Gabriel Gobbi concordou com a proposta do Senhor Dalmo, se disponibilizando a ajudar na realização da nova reunião. O Senhor Dalmo falou de seus desejos de criar políticas culturais mais amplas. Agradeceu o trabalho de todos os técnicos do IPHAN envolvidos na elaboração da nova normativa, agradeceu a presença de todos, e passou a palavra para o Senhor Gabriel Gobbi encerrar a audiência. O senhor Gabriel agradeceu o IPHAN mais uma vez e finalizou a sessão. O mestre de cerimônia informou que o número de participantes na Audiência foi de quarenta e duas pessoas. A Audiência Pública foi encerrada às vinte e duas horas e quarenta minutos.

Reladoras: Tágila Mendes e Mírian Moreira – Topázio Imperial Org. Eventos.

Revisão: George Alex da Guia-Iphan